



**PROJETO DE LEI Nº de 2016**  
**(Do Sr. TENENTE LUCIO)**

Acrescenta o art.617-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941-Código de Processo Penal, para possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º.** O Decreto-Lei nº-3.689, de 03 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal passa a vigorar acrescido do seguinte artigo 617-A:

**“Art.617-A.** É cabível, mediante decisão fundamentada do tribunal competente, execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em apelação, mesmo que na pendência de recurso especial ou extraordinário.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A sociedade brasileira, cada vez mais, anseia por justiça e diminuição da sensação de impunidade que permeia o nosso sistema de justiça criminal. Cada vez mais pessoas deixam de ser responsabilizadas pelos crimes que cometeram porque o sistema brasileiro de justiça criminal ainda permite que o réu lance mão de diversos meios protelatórios para fugir ao cumprimento da sua pena.

Motivado pelo cenário acima descrito, o Supremo Tribunal Federal, por sete votos a quatro, ao julgar o HC 126292, em 17/02/2016, modificou a sua jurisprudência a fim de permitir que o condenado em segunda instância possa ser de imediato recolhido à prisão, sem se aguardar o completo trânsito em julgado da decisão condenatória.

Até fevereiro deste ano, seguindo a antiga jurisprudência adotada a partir do julgamento do HC 84078, em fevereiro de 2009, a sistemática era a seguinte: o condenado num processo criminal permaneceria em liberdade até o trânsito em julgado da sentença condenatória. Por diversas vezes, tal entendimento era utilizado para dar substrato a recursos meramente protelatórios, que só serviam para retardar o cumprimento da pena ou causar a prescrição.

Não se pode olvidar que, quando o Tribunal, julgando uma apelação, ratifica a condenação, resta pacificada a reponsabilidade criminal do réu, porque a matéria de fato, que fixou a sua condição de culpado, não poderá mais ser modificada por recurso especial ou extraordinário. Tais recursos apenas apreciam matéria de direito.

O presente Projeto de Lei é fundamental para dar mais efetividade ao nosso sistema de justiça criminal, impedindo que o réu procrastine o feito e retarde o cumprimento de sua pena.

Diante do exposto, o acréscimo do artigo 617-A ao Código de Processo Penal é uma medida de justiça e eficácia do nosso sistema penal, que possibilita que o criminoso realmente pague pelos delitos que cometeu sem fugir à sua responsabilidade.

Por essas razões, tomamos a presente iniciativa, esperando contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em        de        de 2016.

Deputado Tenente Lúcio